



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

TARDE

## ANALISTA TÉCNICO - NÍVEL SUPERIOR

PROVA ESCRITA OBJETIVA E DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



### SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo setenta questões objetivas e duas questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- um caderno de textos definitivos para a transcrição das respostas das questões discursivas



### TEMPO

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição das respostas das questões discursivas para o caderno de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



### INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e da prova discursiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas e do caderno de textos definitivos em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva e as transcrições para o caderno de textos definitivos, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

**Boa sorte!**



## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### Língua Portuguesa

Em 2020, a pandemia de Covid-19 alterou profundamente a vida no planeta Terra. Suas consequências sociais, econômicas e psicológicas ainda não são plenamente conhecidas – mas serão certamente duradouras. Os dois textos desta prova discutem algumas dessas consequências.

Texto 1
<p>Z de depressão (<i>fragmento</i>)</p> <p>“Quando o sol nasce em Minas Gerais, Caio está em seu quarto. Ao cair da noite, também é lá que o rapaz fica, isolado. Ele tem 21 anos e mora em Luz, cidade mineira de pouco mais de 18 mil habitantes. Até os 8 anos, levou a vida tranquila de alguém que cresce numa cidade pequena. Mas então um dos seus tios se matou, e o menino foi se tornando cada vez mais triste. Virou alvo de bullying na escola, perdeu os amigos – ‘não sobrou ninguém’, ele conta. Aos 10 anos, tentou suicídio e precisou ser internado às pressas. [...]</p> <p>Na adolescência, Caio identificou que era um homem transgênero, e sua sensação de isolamento só cresceu. Com o agravamento do quadro depressivo, foi levado ao hospital algumas vezes depois de se automutilar. Embora os médicos tenham recomendado, ele nunca tratou a depressão por um longo período de tempo. Cresceu encontrando pequenos alívios para a angústia: cachorros, namoradas, bebidas alcoólicas, cortes nos braços. Conseguiu terminar o ensino médio, mas não teve motivação para prestar vestibular ou trabalhar. [...]</p> <p>Caio representa uma história, mas não a única, de um quadro de adoecimento mental de crianças e jovens brasileiros, com casos repetidos de depressão, ansiedade e síndrome do pânico. [...] Em um Boletim Epidemiológico divulgado setembro passado, o Ministério da Saúde apontava que as taxas de suicídio saltaram 116% entre crianças e adolescentes de 5 a 14 anos no intervalo de 2010 a 2019; nos jovens de 15 a 19 anos, o aumento foi de 81%. Nas demais faixas etárias, a taxa não cresceu mais que 30%. Os dados levaram o governo federal a classificar o suicídio como ‘um problema de saúde pública crescente no Brasil, com destaque aos grupos etários mais jovens’.</p> <p>[...]</p> <p>Entre junho e novembro de 2020, [Guilherme] Polanczyk e outros pesquisadores da USP e do Hospital das Clínicas entrevistaram remotamente 5.795 crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos de todas as regiões do país para medir os efeitos da pandemia sobre a saúde mental deles. No segundo semestre do primeiro ano de isolamento, 36% apresentaram sintomas de depressão e ansiedade. Como as escolas estavam fechadas e seria perigoso realizar as entrevistas presencialmente, só participaram aqueles com conexão à internet. ‘A gente sabe que os dados da pesquisa não refletem a realidade das crianças e dos adolescentes mais pobres’, Polanczyk diz. Ainda assim, os resultados indicaram que a insegurança alimentar esteve associada a maiores níveis de ansiedade e a sintomas depressivos. [...]</p> <p>[...]</p> <p>O Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde não aponta causas exatas do sofrimento mental dos jovens brasileiros, mas dá a entender que certas particularidades ajudariam a explicar o aumento das taxas de suicídio juvenil. Com base em estudos americanos, menciona que a geração Z, formada por nascidos a partir de 1995, está mais propensa a ter depressão por ser menos resiliente e não saber lidar com frustrações. [...]</p> <p>[...]</p> <p>Disponível em: <a href="https://piaui.folha.uol.com.br/z-de-depressao/">https://piaui.folha.uol.com.br/z-de-depressao/</a>. Acesso em: 22/07/2022</p>

1

O título “Z de depressão” captura, de forma concisa, a ideia central do texto 1.

Essa mesma ideia é retomada, de maneira mais detalhada, na seguinte passagem:

- (A) “Até os 8 anos, levou a vida tranquila de alguém que cresce numa cidade pequena”;
- (B) “Mas então um dos seus tios se matou”;
- (C) “um quadro de adoecimento mental de crianças e jovens brasileiros, com casos repetidos de depressão, ansiedade e síndrome do pânico”;
- (D) “Como as escolas estavam fechadas e seria perigoso realizar as entrevistas presencialmente, só participaram aqueles com conexão à internet”;
- (E) “O Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde não aponta causas exatas do sofrimento mental dos jovens brasileiros”.

2

A sequência que funciona como título do texto 1 (“Z de depressão”) é um jogo de palavras, isto é, uma espécie de brincadeira linguística.

A força expressiva dessa sequência decorre do fato de que ela:

- (A) rebate, de maneira assertiva, um comentário hostil sobre a saúde mental dos brasileiros;
- (B) esclarece, de maneira irônica, o significado de uma palavra contida no próprio título;
- (C) observa, de maneira casual, uma contradição inerente ao problema relatado;
- (D) evoca, de maneira implícita, uma outra construção da língua portuguesa;
- (E) oferece, de maneira ponderada, uma solução alternativa para um problema social.

3

O texto 1 se estrutura de forma indutiva, organizando-se do particular (parágrafos 1 e 2) para o geral (parágrafos 3, 4 e 5).

Essa mudança do particular para o geral é acompanhada por uma passagem:

- (A) de um modo de organização narrativo-descritivo para um modo de organização expositivo;
- (B) de um modo de organização descritivo-argumentativo para um modo de organização expositivo;
- (C) de um modo de organização narrativo-injuntivo para um modo de organização argumentativo;
- (D) de um modo de organização narrativo-argumentativo para um modo de organização argumentativo;
- (E) de um modo de organização expositivo-argumentativo para um modo de organização descritivo.

4

“Cresceu encontrando pequenos alívios para a angústia: cachorros, namoradas, bebidas alcoólicas, cortes nos braços.”

Nessa passagem, retirada do texto 1, uma enumeração de elementos é encerrada com vírgula – e não, como seria mais usual, com a conjunção aditiva “e”.

Nesse contexto, a omissão da conjunção aditiva produz o efeito de:

- (A) caracterizar um personagem secundário;
- (B) sugerir uma lista não exaustiva;
- (C) expressar uma opinião implícita;
- (D) enunciar uma proposição autoevidente;
- (E) enfatizar uma posição ideológica.

5

“Mas então um dos seus tios se matou, e o menino foi se tornando cada vez mais triste.”

A passagem acima, retirada do texto 1, mostra que a conjunção “e” pode veicular ideia de conclusão.

Outra passagem do mesmo texto em que essa conjunção apresenta valor conclusivo é:

- (A) “Ele tem 21 anos e mora em Luz”;
- (B) “Na adolescência, Caio identificou que era um homem transgênero, e sua sensação de isolamento só cresceu”;
- (C) “Em um Boletim Epidemiológico divulgado setembro passado, o Ministério da Saúde apontava que as taxas de suicídio saltaram 116% entre crianças e adolescentes de 5 a 14 anos”;
- (D) “Como as escolas estavam fechadas e seria perigoso realizar as entrevistas presencialmente, só participaram aqueles com conexão à internet”;
- (E) “Ainda assim, os resultados indicaram que a insegurança alimentar esteve associada a maiores níveis de ansiedade e a sintomas depressivos”.

6

“Ainda assim, os resultados indicaram que a insegurança alimentar esteve associada a maiores níveis de ansiedade e a sintomas depressivos.”

Nessa passagem, retirada do quarto parágrafo do texto 1, o conector “Ainda assim” indica que a informação subsequente irá contrariar uma expectativa do leitor.

A alternativa em que essa expectativa contrariada está formulada de modo adequado é:

- (A) a geração Z, por ser formada por pessoas atualmente jovens, tenderá a não sofrer problemas de saúde mental;
- (B) pessoas trans, por terem poucas informações sobre a própria condição, são mais vulneráveis a ansiedade e depressão;
- (C) a insegurança alimentar, por ser própria de países em desenvolvimento, tenderá a ser detectada em estudos sobre a realidade brasileira;
- (D) dados de pesquisas, por serem enviesados, tendem a distorcer a realidade;
- (E) pessoas mais pobres, por terem menos acesso à internet, não terão seus problemas econômicos refletidos na pesquisa.

7

“Virou alvo de bullying na escola, perdeu os amigos – ‘não sobrou ninguém’, ele conta. Aos 10 anos, tentou suicídio e precisou ser internado às pressas.”

A proposta de adaptação dessa passagem do texto 1 em que o trecho em discurso direto está corretamente transposto para o discurso indireto livre é:

- (A) Virou alvo de bullying na escola, perdeu os amigos – “não sobrou ninguém”, conta ele. Aos 10 anos, tentou suicídio e precisou ser internado às pressas;
- (B) Virou alvo de bullying na escola, perdeu os amigos. Ele conta: “não sobrou ninguém”. Aos 10 anos, tentou suicídio e precisou ser internado às pressas;
- (C) Virou alvo de bullying na escola, perdeu os amigos. Quando se deu conta, tomou um susto. Não havia sobrado ninguém. Aos 10 anos, tentou suicídio e precisou ser internado às pressas;
- (D) Virou alvo de bullying na escola, perdeu os amigos. Ele conta que não sobrou ninguém. Aos 10 anos, tentou suicídio e precisou ser internado às pressas;
- (E) Virou alvo de bullying na escola, perdeu os amigos. Ele contou que não sobrara ninguém. Aos 10 anos, tentou suicídio e precisou ser internado às pressas.

8

“Na adolescência, Caio identificou que era um homem transgênero, e sua sensação de isolamento só cresceu. Com o agravamento do quadro depressivo, foi levado ao hospital algumas vezes depois de se automutilar. Embora os médicos tenham recomendado, ele nunca tratou a depressão por um longo período de tempo. [...]”

Essa passagem, retirada do texto 1, pode ser reescrita, sem modificação do sentido original e sem desvio em relação à norma padrão do português, da seguinte forma:

- (A) Na adolescência, Caio identificou que era um homem transgênero, e sua sensação de isolamento só cresceu. Em função do agravamento do quadro depressivo, foi levado ao hospital algumas vezes depois de se automutilar. Ainda que os médicos tenham recomendado, ele nunca tratou a depressão por um longo período de tempo. [...];
- (B) Caio identificou na adolescência, que era um homem transgênero, e sua sensação de isolamento só cresceu. Com o agravamento do quadro depressivo, foi levado ao hospital algumas vezes depois de se automutilar. Ainda que os médicos tenham recomendado, ele nunca tratou a depressão por um longo período de tempo. [...];
- (C) Na adolescência, Caio descobriu que era um homem transgênero, razão pela qual, sua sensação de isolamento só cresceu. Com o agravamento do quadro depressivo, foi levado ao hospital algumas vezes depois de se automutilar. Mesmo os médicos tendo recomendado, ele nunca tratou a depressão, por um longo período de tempo. [...];
- (D) Caio na adolescência, identificou ser um homem transgênero, e sua sensação de isolamento só cresceu. Não obstante o agravamento do seu quadro depressivo, foi levado ao hospital algumas vezes depois de se automutilar. Embora os médicos tenham recomendado, ele nunca tratou a depressão por um longo período de tempo. [...];
- (E) Na adolescência, Caio identificou que era um homem transgênero, o que implicou no crescimento da sua sensação de isolamento. Com o agravamento do quadro depressivo, foi levado ao hospital algumas vezes depois de se automutilar. Embora os médicos tenham recomendado, ele nunca tratou a depressão por um longo período de tempo. [...].

9

“Os dados levaram o governo federal a classificar o suicídio como ‘um problema de saúde pública crescente no Brasil, com destaque aos grupos etários mais jovens’.”

Essa passagem, retirada do texto 1, pode ser reescrita de diversas maneiras. A reescritura em que NÃO se verifica nenhum erro relativo ao acento indicativo de crase é:

- (A) Face a esses dados, o governo federal classificou o suicídio como um problema de saúde pública crescente no Brasil, com destaque as faixas etárias mais jovens;
- (B) Os dados levaram a classificação do suicídio, por parte do governo federal, como um problema de saúde pública crescente no Brasil, com destaque aos grupos etários mais jovens;
- (C) Em reação a esses dados, o governo federal procedeu à classificação do suicídio como um problema de saúde pública crescente no Brasil, sobretudo no que se refere às faixas etárias mais jovens;
- (D) Face à informações como essas, o governo federal passou a tratar o suicídio como um problema de saúde pública crescente no Brasil, com destaque aos grupos etários mais jovens;
- (E) Reagindo as descobertas do Boletim Epidemiológico, o governo federal passou à classificar o suicídio como um problema de saúde pública crescente no Brasil, com destaque aos grupos etários mais jovens.

## Texto 2

A nova era do divórcio (*fragmento*)

“Novelas da Globo aumentam o número de divórcios no Brasil.” Parece fake news de haters, mas não. Trata-se de um dado histórico. A conclusão é de um estudo de 2009, feito pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A pesquisa fez um cruzamento entre informações de censos das décadas de 1970, 1980 e 1990 e dados sobre a expansão do sinal da Globo no país. Segundo os autores do estudo, o número de mulheres que se separaram aumentou conforme a teledramaturgia da emissora foi chegando a mais cidades.

‘A exposição a estilos de vida modernos mostrados na TV, a funções desempenhadas por mulheres emancipadas e a uma crítica aos valores tradicionais mostrou estar associada aos aumentos nas frações de mulheres separadas e divorciadas nas áreas municipais brasileiras’, diz a pesquisa. [...]

O que os estudiosos do BID não poderiam prever é o quanto os divórcios aumentariam no Brasil do século 21, por um motivo ainda mais insuspeito: a disseminação de um vírus.

Segundo o Colégio Notarial do Brasil, que congrega os tabeliães de notas e protestos, no primeiro ano da pandemia, em 2020, houve um aumento de 15% no número de divórcios em comparação com o ano anterior. Em 2021, então, o número de casais que oficializaram a separação bateu recorde: 80.573 divórcios consensuais, o maior da série histórica, que é registrada desde 2007.

[...]

Sim, o início desnorteante da pandemia foi o gatilho para um boom de divórcios planeta afora. Motivos para a escalada nas tensões entre casais não faltaram, você sabe: o encarceramento no lar de ambos os cônjuges (condição que se estendeu indefinidamente para quem aderiu ao home office), perrengues financeiros, a necessidade de lidar com as crianças estudando em casa, distúrbios psicológicos (ansiedade, depressão, paranoia...).

[...]

A [empresa americana] Legal Templates mostrou que os casados há menos de cinco anos foram os que mais se separaram em 2020: 58%. Aliás, quanto menor o tempo de união oficial, maior o aumento no índice de *cada um para o seu lado*. Enquanto, em 2019, pré-Covid, apenas 11% dos que se separaram tinham menos de cinco meses sob o mesmo teto, em 2020 essa porcentagem quase dobrou: foi para 20%.

Estudiosos que analisaram esses dados chegaram a uma conclusão que faz sentido: casais que haviam se unido havia pouco tempo são menos calejados para enfrentar o maremoto que atingiu a praia conjugal na onda do vírus. Os parceiros mais longevos já tinham passado por outras crises. Talvez ilesos, talvez feridos. E muitos aprenderam a sair delas juntos.

[...]

Nesta nova era do divórcio, vale um alerta: mesmo nas separações mais amigáveis – e até afetuosas –, romper um relacionamento de anos segue sendo tão difícil quanto sempre foi. Os primeiros tempos tendem a ser um período deprimente, de luto mesmo, acordos difíceis e de pisar em ovos. Se você se separou, vale a pena um esforço a mais para manter o bom convívio. Não apenas pelo bem dos filhos – se o casamento produziu crianças. É importante honrar uma história que, em boa parte do tempo, foi partilhada com a pessoa que um dia você amou como se fosse a única.”

Disponível em: <https://super.abril.com.br/comportamento/a-nova-era-do-divorcio>. Acesso em: 24/07/2022

**10**

É possível identificar, no texto 2, três blocos estruturais simétricos: um primeiro formado pelos parágrafos 1 e 2; um segundo formado pelos parágrafos 4 e 5; e um terceiro formado pelos parágrafos 6 e 7. Como a organização é paralelística, os primeiros parágrafos de cada par (isto é, os parágrafos 1, 4 e 6) desempenham sempre uma mesma função textual, assim como os segundos parágrafos de cada par (isto é, os parágrafos 2, 5 e 7).

As funções textuais desempenhadas pelos parágrafos 1, 4 e 6, de um lado, e 2, 5 e 7, de outro, estão corretamente caracterizadas, respectivamente, na seguinte alternativa:

- (A) veicular um enunciado irônico e refutar opiniões contrárias;
- (B) estabelecer uma correlação e fornecer a causa subjacente;
- (C) levantar uma hipótese e enumerar suas consequências imediatas;
- (D) caracterizar uma situação e narrar os eventos decorrentes;
- (E) enfatizar um problema e propor uma solução concreta.

**11**

O texto 2 elenca diversos fatores relacionados ao aumento de casos de divórcio. Esses fatores podem ser divididos em três grupos: *causas indiretas* (ou mediatas), *causas diretas* (ou imediatas) e *facilitadores*.

A alternativa que apresenta, respectivamente, uma causa indireta, uma causa direta e um facilitador é:

- (A) expansão do sinal da Rede Globo, exposição de estilos de vida modernos e encarceramento de ambos os cônjuges;
- (B) encarceramento de ambos os cônjuges, perrengues financeiros e necessidade de lidar com crianças estudando em casa;
- (C) distúrbios psicológicos, falta de experiência com crises prévias e críticas aos valores tradicionais;
- (D) pandemia de Covid-19, encarceramento de ambos os cônjuges e pouco tempo de casamento;
- (E) exposição de funções desempenhadas por mulheres emancipadas, pandemia de Covid-19 e adesão ao home office.

**12**

O último parágrafo do texto 2 recorre a uma estratégia de construção textual bastante comum em parágrafos de conclusão de reportagens de divulgação científica.

Essa estratégia consiste na adoção:

- (A) do subjuntivo como modo verbal predominante, com o objetivo de relatar eventos hipotéticos;
- (B) de conjunções causais, com o objetivo de estabelecer relações lógicas de causa e efeito;
- (C) de substantivos ligados ao jargão acadêmico, com o objetivo de conferir credibilidade ao texto;
- (D) de um registro fortemente irônico, com o objetivo de provocar surpresa no leitor;
- (E) da injunção como tipo textual primário, com o objetivo de aconselhar o leitor.

**13**

“O que os estudiosos do BID não poderiam prever é o quanto os divórcios aumentariam no Brasil do século 21, por um motivo ainda mais insuspeito: a disseminação de um vírus.”

Retirado do texto 2, esse fragmento sugere, implicitamente, que a correlação entre aumento do número de divórcios e expansão do sinal da Rede Globo é *insuspeita*.

Essa mesma ideia pode ser flagrada na seguinte passagem:

- (A) “Parece fake news”;
- (B) “Trata-se de um dado histórico”;
- (C) “o número de mulheres que se separaram aumentou”;
- (D) “A exposição a estilos de vida modernos mostrados na TV”;
- (E) “aumentos nas frações de mulheres separadas e divorciadas nas áreas municipais brasileiras”.

**14**

“A [empresa americana] Legal Templates mostrou que os casados há menos de cinco anos foram os que mais se separaram em 2020: 58%. Aliás, quanto menor o tempo de união oficial, maior o aumento no índice de cada um para o seu lado.”

Na passagem acima, retirada do texto 2, o conector “aliás”, ao mesmo tempo em que contribui para a coesão textual, introduz uma sequência que desempenha a função de:

- (A) corrigir um erro;
- (B) estabelecer uma generalização;
- (C) explicitar uma contradição;
- (D) resumir uma explicação;
- (E) avaliar uma proposta.

**15**

“Segundo o Colégio Notarial do Brasil, que congrega os tabeliães de notas e protestos, no primeiro ano da pandemia, em 2020, houve um aumento de 15% no número de divórcios em comparação com o ano anterior. Em 2021, então, o número de casais que oficializaram a separação bateu recorde [...]”

Muitas gramáticas ensinam que o “então” é uma conjunção conclusiva. No entanto, na passagem acima, retirada do texto 2, essa palavra apresenta um uso distinto, que é próprio do registro informal e não costuma figurar nos compêndios gramaticais.

Esse mesmo uso está presente no seguinte exemplo:

- (A) Eu estava meio triste, então resolvi ficar em casa.
- (B) – Você já tem uma resposta pra mim?  
– Então... eu já pensei bastante, mas ainda não sei o que responder.
- (C) – Então, vamos?
- (D) Até então, eu ainda não havia tomado uma decisão.
- (E) Se você acha que 50 convidados é muita gente, 100, então, nem se fala.

16

“Os primeiros tempos tendem a ser um período deprimente, de luto mesmo, acordos difíceis e de pisar em ovos.”

Essa passagem, retirada do texto 2, apresenta uma marca de informalidade.

A proposta de reescritura em que essa marca é substituída por uma palavra ou expressão mais formal sem que haja alteração substancial de significado é:

- (A) Os primeiros tempos são, em geral, um período deprimente, de luto mesmo, acordos difíceis e de pisar em ovos;
- (B) Os primeiros anos tendem a ser um período deprimente, de enlutamento mesmo, acordos difíceis e de pisar em ovos;
- (C) Os primeiros tempos tendem a ser um período deprimente, de luto mesmo, pactos difíceis e de pisar em ovos;
- (D) Os primeiros tempos tendem a ser um período deprimente, de luto mesmo, acordos complexos e de pisar em ovos;
- (E) Os primeiros tempos tendem a ser um período deprimente, de luto mesmo, acordos complexos e atitudes cautelosas.

17

Em cada uma das alternativas abaixo, encontra-se, nesta ordem, uma passagem transcrita do texto 2 e uma proposta de reescritura dessa mesma passagem.

Assinale a alternativa na qual, ao mesmo tempo, a passagem transcrita do texto 2 seja ambígua (desconsiderando-se nosso conhecimento de mundo) e a proposta de reescritura apresentada desfaça essa ambiguidade:

- (A) “Em 2021, então, o número de casais que oficializaram a separação bateu recorde” / Em 2021, então, bateu recorde o número de casais que oficializaram a separação;
- (B) “Estudiosos que analisaram esses dados chegaram a uma conclusão que faz sentido” / Analisando esses dados, estudiosos chegaram a uma conclusão que faz sentido;
- (C) “O que os estudiosos do BID não poderiam prever é o quanto os divórcios aumentariam no Brasil do século 21” / O que os estudiosos do BID não poderiam prever, no Brasil do século 21, é o quanto os divórcios aumentariam;
- (D) “[...] o encarceramento no lar de ambos os cônjuges (condição que se estendeu indefinidamente para quem aderiu ao home office) [...]” / o encarceramento de ambos os cônjuges no lar (condição que se estendeu indefinidamente para quem aderiu ao home office);
- (E) “Segundo os autores do estudo, o número de mulheres que se separaram aumentou conforme a teledramaturgia da emissora foi chegando a mais cidades” / De acordo com os autores do estudo, o número de mulheres que se separaram aumentou conforme a teledramaturgia da emissora foi chegando a mais cidades.

18

Embora tanto o texto 1 quanto o texto 2 pertençam ao gênero textual reportagem, o segundo exibe uma linguagem mais informal que o primeiro.

Essa maior informalidade é evidenciada pela presença, no texto 2, de:

- (A) estrangeirismos recentes e marcas de interlocução direta;
- (B) orações subordinadas adjetivas e discurso indireto livre;
- (C) gírias associadas à fala jovem e paralelismos sintáticos;
- (D) frases nominais e abreviações;
- (E) regionalismos e verbos impessoais.

19

Embora os textos 1 e 2 pertençam ao gênero textual reportagem, eles correspondem a subgêneros distintos. Em particular, apenas o texto 2 se qualifica como uma reportagem de divulgação científica.

Um reflexo dessa especificidade é o fato de que apenas o texto 2 inclui metáforas criativas (isto é, inovadoras, não convencionalizadas), como pode ser visto na seguinte passagem:

- (A) “‘Novelas da Globo aumentam o número de divórcios no Brasil’”;
- (B) “A conclusão é de um estudo de 2009, feito pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)”;
- (C) “A [empresa americana] Legal Templates mostrou que os casados há menos de cinco anos foram os que mais se separaram em 2020”;
- (D) “[...] casais que haviam se unido havia pouco tempo são menos calejados para enfrentar o maremoto que atingiu a praia conjugal na onda do vírus”;
- (E) “[...] mesmo nas separações mais amigáveis – e até afetuosas –, romper um relacionamento de anos segue sendo tão difícil quanto sempre foi”.

20

“O Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde não aponta causas exatas do sofrimento mental dos jovens brasileiros, mas dá a entender que certas particularidades ajudariam a explicar o aumento das taxas de suicídio juvenil.”

“O que os estudiosos do BID não poderiam prever é o quanto os divórcios aumentariam no Brasil do século 21.”

Nessas passagens, retiradas respectivamente dos textos 1 e 2, as duas formas verbais sublinhadas se encontram no futuro do pretérito. Apesar disso, é possível observar que esse tempo verbal desempenha funções comunicativas distintas em cada um dos casos.

As funções comunicativas desempenhadas pelo futuro do pretérito nas passagens acima estão corretamente caracterizadas, respectivamente, em:

- (A) expressar ordem ou pedido e enfatizar a noção de desejo;
- (B) marcar polidez no intercâmbio conversacional e indicar que o fato expresso é dependente de uma condição;
- (C) sinalizar incerteza em relação à informação expressa e indicar um evento futuro em relação a um tempo passado;
- (D) exprimir uma verdade atemporal e destacar o caráter improvável de uma condição;
- (E) enfatizar um questionamento e sugerir ausência de comprometimento em relação a uma determinada posição.

## Legislação Específica

21

João, servidor público há mais de uma década, ocupante de cargo de provimento efetivo em determinada estrutura de poder no Estado do Tocantins, foi acusado e condenado, em processo administrativo, pela prática de grave infração disciplinar, o que culminou na sua demissão. Irresignado com a demissão, João ingressou com medida judicial buscando a sua anulação, no que obteve êxito, sendo acolhido o argumento de que as provas utilizadas eram nulas.

Considerando os dados da narrativa, deve ser aplicado a João o instituto da:

- (A) reversão;
- (B) recondução;
- (C) reintegração;
- (D) readaptação;
- (E) disponibilidade.

22

Ao analisar a possível competência do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em relação às operações de crédito a serem realizadas pelo Governo do Estado, João concluiu corretamente que essa atuação era não só necessária, como de indiscutível relevância.

Ato contínuo, consultou Pedro a respeito do *iter* procedimental a ser observado e do seu alcance, sendo-lhe corretamente respondido que:

- (A) após a solicitação encaminhada pelo Governo, ao Poder Legislativo, para a realização da operação, o Tribunal de Contas emitirá parecer sobre a sua legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade;
- (B) o Governo deve solicitar a análise inicial ao Tribunal de Contas, que emitirá parecer sobre a legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade da operação, encaminhando-o ao Poder Legislativo para a decisão final;
- (C) após a solicitação encaminhada pelo Governo, ao Poder Legislativo, para a concretização da operação, o Tribunal de Contas decidirá sobre a sua realização, ou não, considerando a legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade;
- (D) o Governo deve solicitar a análise inicial ao Tribunal de Contas, que decidirá sobre a legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade da operação, encaminhando a decisão ao Poder Legislativo, que avaliará a sua conveniência;
- (E) após a solicitação encaminhada pelo Governo, ao Poder Legislativo, para a realização da operação, o Tribunal de Contas emitirá parecer apenas sobre a sua legalidade, cabendo ao Legislativo a análise de legitimidade, economicidade e razoabilidade.

23

Joana, recém-ingressa no quadro de servidores do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, analisou o rol de medidas cautelares passíveis de serem adotadas por esse Tribunal, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário. Em sua análise preliminar, chegou à conclusão de que essas medidas seriam:

- 1. o arresto de bens;
- 2. o afastamento temporário do dirigente do órgão ou entidade;
- 3. a exibição de documentos ou dados e bens; e
- 4. a produção antecipada de provas.

Ao se deparar com as conclusões de Joana, Maria, sua colega de setor, observou, corretamente, que não depende(m) da atuação do Poder Judiciário:

- (A) somente a medida 3;
- (B) somente a medida 4;
- (C) somente as medidas 1 e 2;
- (D) somente as medidas 2, 3 e 4;
- (E) as medidas 1, 2, 3 e 4.

24

Maria, embora tivesse nível superior, foi aprovada em concurso público e tomou posse em cargo de provimento efetivo de nível médio do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

À luz do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, Maria tem assegurado o direito:

- (A) à percepção de adicional de qualificação;
- (B) à percepção de adicional de nível superior;
- (C) ao enquadramento na classe que congrega os cargos de nível superior;
- (D) ao enquadramento na classe imediatamente superior àquela em que se encontra;
- (E) ao enquadramento no padrão imediatamente superior, na classe em que se encontra.

25

Pedro, servidor do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, durante uma fiscalização, suspeitou que Maria teria sonogado um documento que seria útil à análise a ser realizada pela equipe de fiscalização. Por tal razão, alertou-a das sanções aplicáveis em virtude de sonegação de processo, documento ou informação e obstrução ao livre exercício das atividades de controle externo.

Irresignada com a suspeita de Pedro e com o “alerta” que recebera, solicitou que o seu advogado analisasse a compatibilidade dessa conduta com o Código de Ética dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

Foi corretamente respondido a Maria que Pedro agiu em:

- (A) desacordo com o referido Código, pois deve observar um padrão de discricionariedade na solicitação de documentos;
- (B) harmonia com o referido Código, pois deve fazer alertas dessa natureza, ao fiscalizado, quando necessário;
- (C) desacordo com o referido Código, pois deve manter-se neutro em relação à postura do fiscalizado no decorrer dos trabalhos;
- (D) desacordo com o referido Código, pois somente deve agir em harmonia com juízos de certeza, não com a suposição característica da mera suspeita;
- (E) harmonia com o referido Código, pois deve agir de modo inquisitorial em relação ao fiscalizado, em razão da superior hierarquia do controle externo.



## Noções de Direito

26

O regime jurídico dos servidores públicos do Estado Alfa foi alterado pela Lei nº XX/2020, sendo assegurado determinado benefício pecuniário, de caráter episódico, não contínuo, aos servidores que preenchessem os requisitos objetivos previstos na norma. Dois anos depois, ao ser advertido do crescimento exponencial das despesas com pessoal, o que fora parcialmente influenciado pela criação do referido benefício, o chefe do Poder Executivo apresentou projeto de lei, que resultou na Lei nº YY/2022, extinguindo-o.

Após a extinção do benefício, Pedro, pessoa muito distraída, percebeu que preencheria os requisitos para a fruição do benefício, mas não apresentara o requerimento pertinente.

Ao procurar um advogado, foi informado, corretamente, que:

- (A) pode requerer a fruição do benefício, observado o prazo prescricional afeto à Fazenda Pública, pois, uma vez inserido no regime jurídico dos servidores, é vedada a supressão por lei posterior, sob pena de afronta ao direito adquirido;
- (B) não pode requerer a fruição do benefício, salvo se a Lei nº YY/2022 assegurou a sua fruição àqueles que não o tenham requerido em momento anterior, os quais tinham mera expectativa de direito;
- (C) não pode requerer a fruição do benefício, já que a pretensão administrativa deve ser apresentada de modo contemporâneo ao direito, pois um não pode subsistir dissociado do outro;
- (D) não pode requerer a fruição do benefício, já que a despesa pública está relacionada à previsão orçamentária, que não pode satisfazer benefícios relativos a exercícios pretéritos;
- (E) pode requerer a fruição do benefício, observado o prazo prescricional afeto à Fazenda Pública, pois tem o direito adquirido à sua fruição.

27

Laura, diretora de recursos humanos na Secretaria de Educação do Estado Alfa, foi informada de que três atos administrativos exarados em seu setor foram objeto de alteração: (1) o primeiro foi considerado, pela autoridade hierarquicamente superior, incompatível com o interesse público, o que a levou a substituí-lo por ato de teor diverso; (2) o segundo teve identificado um vício de finalidade, sendo determinada a cessação dos seus efeitos pela autoridade competente; e (3) o terceiro padecia de vício de competência, mas a autoridade competente aquiesceu com os seus termos, subscrevendo-o.

Os acontecimentos descritos em 1, 2 e 3 refletem, respectivamente, os institutos da:

- (A) anulação, revogação e retificação;
- (B) revogação, invalidação e convalidação;
- (C) invalidação, revogação e confirmação;
- (D) invalidação, contraposição e ratificação;
- (E) revogação, retificação e retirada hierárquica.

28

Determinada repartição pública estadual tinha em seu poder informações a respeito da filiação partidária de Joana, a qual fora declinada para fins de verificação da presença, ou não, de impedimento ao exercício de determinada função pública. Em razão das características desse dado, o responsável pela repartição consultou sua assessoria a respeito de sua natureza e sobre a possibilidade desse dado ser submetido a tratamento, com o objetivo de serem realizados estudos por órgão de pesquisa.

A assessoria respondeu, corretamente, que se está perante dado:

- (A) consentido, já que fornecido voluntariamente por Joana, o que afasta a necessidade de nova autorização para o respectivo tratamento;
- (B) pessoal sensível, não sendo necessário o fornecimento de consentimento do titular para tratamento, caso seja indispensável à realização da referida finalidade;
- (C) anonimizado, pois originário da relação funcional, tendo se incorporado à base de dados administrativa e não carecendo de consentimento do titular para a sua utilização;
- (D) público, pois originário da relação funcional, tendo se incorporado à base de dados administrativa e não carecendo de consentimento do titular para a sua utilização;
- (E) pessoal, sendo imprescindível o fornecimento de consentimento do titular para a realização de qualquer tratamento, inclusive para os fins descritos na narrativa.

29

Adalto, diretor de licitações no âmbito do Poder Executivo do Estado Alfa, recebeu comunicação de que esse ente federativo almejava realizar operação de crédito interno, havendo dúvida em relação à modalidade de procedimento licitatório a ser observado, considerando os balizamentos estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, que vinha sendo observada pela generalidade dos órgãos dessa estrutura de poder.

À luz dessa narrativa, Adalto concluiu, corretamente, em razão do disposto na Lei nº 14.133/2021, que o contrato que verse sobre o referido objeto:

- (A) não está sujeito ao regime do referido diploma normativo;
- (B) deve ser antecedido de licitação na modalidade de diálogo competitivo;
- (C) deve ser antecedido de licitação na modalidade de concorrência;
- (D) não precisa ser antecedido de licitação, que é dispensável, estando adstrito, apenas, aos balizamentos incidentes sobre o contrato administrativo;
- (E) não precisa ser antecedido de licitação, que é inexigível, estando adstrito, apenas, aos balizamentos incidentes sobre o contrato administrativo.

**30**

O Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em decisão transitada em julgado, rejeitou as contas apresentadas por João, ordenador de despesas no Município Alfa. Com isso, imputou-lhe um débito, além da aplicação de multa.

Irresignado com a decisão, João consultou o seu advogado sobre a existência de alguma medida, a ser manejada no âmbito do próprio Tribunal, para que a decisão fosse alterada, já que, a seu ver, ocorrera um manifesto erro de cálculo nas contas.

O advogado respondeu, corretamente, que:

- (A) estavam exauridas as medidas passíveis de serem adotadas no âmbito do Tribunal de Contas;
- (B) pode ser proposta a ação de revisão, a ser manejada no biênio subsequente ao trânsito em julgado da decisão;
- (C) é cabível o pedido de reexame, a qualquer tempo, desde que baseado em perícia contábil, indicativa do erro de cálculo alvitado por João;
- (D) é cabível a ação rescisória, a ser manejada nos cinco anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão, sendo facultada a produção de novas provas;
- (E) embora seja prevista a possibilidade de ser proposta ação rescisória contra decisões transitadas em julgado, ela só seria cabível em se tratando de falsidade de documentos.

**31**

O governador do Estado Alfa apresentou à Assembleia Legislativa o projeto de lei orçamentária anual. Após as discussões no âmbito da Comissão de Orçamento e Finanças, deliberou-se pela aprovação de diversas emendas individuais que buscavam viabilizar o desenvolvimento de determinada política pública. Apesar dessas emendas serem plenamente compatíveis com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, surgiram dúvidas em relação à origem dos recursos a serem utilizados.

Após analisar as opções jurídica e politicamente viáveis, o presidente da Comissão observou, corretamente, que esses recursos poderiam resultar de anulação de despesas associadas:

- (A) às dotações relativas à contribuição previdenciária;
- (B) às transferências voluntárias para os Municípios;
- (C) aos benefícios contínuos devidos aos servidores;
- (D) aos juros devidos em razão da dívida pública;
- (E) às transferências tributárias constitucionais.

**32**

O chefe do Poder Executivo do Estado Beta, em cujo território estava localizado o Município Alfa, almejava realizar uma transferência voluntária de recursos para esse ente federativo com o fim de viabilizar a realização de objetivos de interesse comum e amenizar os efeitos da grave crise financeira que assolava a municipalidade, cujo potencial turístico fora afetado por fortes chuvas.

Ao analisar a arrecadação tributária do Município Alfa, que se mostrava elevada e supria suas despesas regulares, isto em momento anterior às fortes chuvas, a Procuradoria do Estado constatou que, por decisão das majorias ocasionais, esse ente federativo não tinha instituído: (1) o imposto de transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis; (2) nenhuma contribuição de melhoria, embora já tivesse realizado diversas obras públicas que poderiam justificá-la; e (3) a taxa associada ao recolhimento de lixo.

Considerando a sistemática estabelecida pela Lei Complementar nº 101/2000, é correto afirmar que:

- (A) a presença das situações descritas em 1, 2 e 3 é requisito indispensável à realização de transferências voluntárias pelo Estado Beta ao Município Alfa;
- (B) as situações descritas em 1, 2 e 3 acarretam, como consequência, a impossibilidade de ser realizada a transferência voluntária alvitada;
- (C) apenas a situação descrita em 2 acarreta, como consequência, a impossibilidade de ser realizada a transferência voluntária alvitada;
- (D) apenas a situação descrita em 1 acarreta, como consequência, a impossibilidade de ser realizada a transferência voluntária alvitada;
- (E) as situações descritas em 1, 2 e 3 são projeções da autonomia política do Município Alfa, não constituindo óbice à realização de transferência voluntária pelo Estado Beta.

**33**

Em auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, no âmbito de determinada estrutura estatal de poder, foi constatada a inexistência de comprovação de vultosas despesas realizadas na referida estrutura, sendo fortes os indícios de que os recursos públicos foram desviados e de que os atos ilícitos terão continuidade se o servidor público responsável pela estrutura não for cautelarmente afastado.

O referido afastamento:

- (A) pode ser promovido, em caráter temporário, pelo Tribunal de Contas, de ofício ou a requerimento do Ministério Público especial;
- (B) pode ser promovido, em caráter definitivo, pelo Tribunal de Contas, mas apenas se houver requerimento do Ministério Público especial;
- (C) não pode ser promovido, mesmo em caráter temporário, em momento anterior à decisão definitiva do Tribunal de Contas, o que decorre da presunção de inocência;
- (D) não pode ser promovido pelo Tribunal de Contas, apenas pelo Poder Judiciário, em caráter temporário, o que pressupõe requerimento do Ministério Público comum;
- (E) não pode ser promovido pelo Tribunal de Contas, apenas pelo Poder Judiciário, em caráter definitivo ou temporário, o que pressupõe requerimento do Ministério Público, especial ou comum.

**34**

Após amplos debates entre seus membros, o Tribunal de Justiça do Estado Alfa apresentou uma proposição à Assembleia Legislativa, veiculando o Estatuto da Magistratura do Estado Alfa. Ato contínuo, diversos parlamentares argumentaram com a inconstitucionalidade formal da respectiva proposição.

O relator da matéria no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, após analisar os argumentos apresentados, concluiu, corretamente, que:

- (A) a forma federativa de Estado autoriza que o Poder Judiciário de cada ente tenha o seu Estatuto, observados, sempre, os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República de 1988;
- (B) a proposição somente será constitucional se tiver a forma de proposta de emenda constitucional, que observará os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República de 1988;
- (C) o Estatuto da Magistratura tem sede exclusivamente constitucional, não sendo possível que a legislação infraconstitucional, federal ou estadual, trate da matéria;
- (D) a proposição somente será constitucional se tiver a forma de projeto de lei complementar, que complementarás as normas estabelecidas pelo Estatuto Nacional da Magistratura;
- (E) a proposição é inconstitucional, já que a Constituição da República de 1988 somente dispõe sobre a existência do Estatuto Nacional da Magistratura.

**35**

Maria, servidora pública que, há cerca de dez anos, ocupava cargo de provimento efetivo no Estado do Tocantins, após regular aprovação em concurso público, tomou posse e entrou em exercício em cargo público diverso, vinculado ao mesmo ente federativo. Para sua decepção, foi inabilitada no estágio probatório relativo ao último cargo.

Nesse caso, Maria deve ser:

- (A) reintegrada ao cargo anterior, desde que este último esteja vago;
- (B) exonerada, cessando o seu vínculo funcional com o poder público;
- (C) readaptada ao cargo anterior, caso assim requeira, desde que este último esteja vago;
- (D) reconduzida ao cargo anterior e, se este último tiver sido provido, será aproveitada em outro;
- (E) revertida ao cargo anterior, ainda que este último esteja ocupado, o que pressupõe a prévia colocação em disponibilidade do respectivo ocupante.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**36**

A seguinte amostra de número de anos de estudo de adultos foi observada:

10, 18, 11, 15, 20, 21, 16, 10, 8, 20, 16.

Nesse caso, é correto afirmar, a respeito das principais medidas de tendência central desse conjunto, que:

- (A) o valor da média é igual ao da mediana;
- (B) a mediana é igual a 15;
- (C) o valor da mediana é uma unidade maior do que o da média;
- (D) o valor da média é maior do que o da mediana;
- (E) se uma nova medida, igual a 22, for incorporada à amostra, os valores da média e da mediana permanecerão iguais.

**37**

Dois eventos A e B têm probabilidades iguais a 0,5 e 0,6, respectivamente. A probabilidade condicional de A ocorrer dado que B ocorre é igual a 0,8.

Assim, a probabilidade de B ocorrer dado que A ocorre é igual a:

- (A) 0,96;
- (B) 0,82;
- (C) 0,54;
- (D) 0,36;
- (E) 0,24.

**38**

Se X é uma variável aleatória com média 20 e variância 4, então a variável  $Y = 5X - 100$  tem média e variância iguais, respectivamente, a:

- (A) 0 e 20;
- (B) 0 e 100;
- (C) 100 e 20;
- (D) 100 e 100;
- (E) 20 e 20.

**39**

Suponha que, para estimar uma proporção p populacional de pessoas favoráveis a certa proposta governamental, uma amostra aleatória simples seja observada e mostre que, de 400 indivíduos pesquisados, 200 manifestaram-se favoráveis à proposta.

Lembrando que, se Z tem distribuição normal padrão  $P[Z < 1,96] = 0,975$ , um intervalo de 95% de confiança aproximado para p será dado por:

- (A) (0,49; 0,51);
- (B) (0,48; 0,52);
- (C) (0,47; 0,53);
- (D) (0,45; 0,55);
- (E) (0,42; 0,57).

**40**

Para se testar se uma droga é capaz de diminuir, em média, a temperatura de pacientes após certo tempo, uma amostra de quatorze pessoas foi observada e mostrou os dados a seguir.

paciente	1	2	3	4	5	6	7
Temp. antes (°C)	37,2	37,8	37,5	38,1	38,2	37,5	37,4
Temp. depois (°C)	36,2	37,0	37,6	37,0	38,4	37,0	37,8

paciente	8	9	10	11	12	13	14
Temp. antes (°C)	37,4	38,0	37,9	39,0	38,0	37,8	40,0
Temp. depois (°C)	36,5	36,9	37,7	38,0	37,5	38,2	38,6

Para testar se a média populacional antes da administração da droga é maior do que a média depois, a estatística de teste do sinal para essa amostra é, então, igual a:

- (A) 8;
- (B) 9;
- (C) 10;
- (D) 11;
- (E) 12.

41

Considere que um processo Poisson esteja ocorrendo no tempo com uma taxa média de ocorrência igual a  $\nu$  e suponha que uma ocorrência tenha acabado de acontecer.

Se  $T$  é o tempo necessário até que a próxima ocorrência do processo aconteça, então  $T$  tem distribuição:

- (A) Normal ( $\nu 1$ );
- (B) Normal padrão;
- (C) Qui-quadrado parâmetro  $\nu$ ;
- (D) Poisson parâmetro  $\nu t$ ;
- (E) Exponencial com parâmetro  $\nu$ .

42

Suponha que os seguintes dados tenham sido obtidos para uma ANOVA com um fator:

Fonte	g.l.	SQ	QM	F
Amostra				
Erro	35	140		
Total	40	200		

Completando a tabela, verifica-se que o valor da estatística  $F$  é igual a:

- (A) 2,5;
- (B) 3,0;
- (C) 3,5;
- (D) 4,0;
- (E) 5,0.

43

No Brasil, a partir de 1995, a administração gerencial visou a substituição da administração burocrática em diferentes dimensões.

Dentre as evoluções trazidas pela administração gerencial, a partir de 1995, destaca(m)-se:

- (A) carreiras estruturadas e com exigência de concursos públicos para todas as atividades e cargos correspondentes;
- (B) criação do TCU e da estrutura de controle externo à administração pública;
- (C) estabelecimento de novas figuras institucionais para serviços não exclusivos de Estado, como organizações sociais;
- (D) exigência de procedimentos estruturados de licitações e tomadas formais de preços para compras governamentais;
- (E) implantação do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp) com foco na gestão de pessoal e desempenho.

44

A introdução da gestão por programas na administração pública brasileira implicou criar organizações que conciliassem funções e objetivos.

Foi uma desvantagem da gestão por programas:

- (A) acentuar a contradição e a desintegração entre as visões setoriais e departamentais em relação aos objetivos do programa;
- (B) enfatizar a elaboração e a execução orçamentária e financeira orientada pelos resultados dos programas;
- (C) fortalecer e integrar as funções de planejamento, orçamento e gestão dos ministérios;
- (D) transformar os compromissos de governo em orientação estratégica integradora e mobilizadora de equipes;
- (E) trazer velocidade às transformações em termos de estratégia e sistemas de informação e controle.

45

A governança pública implica o desenvolvimento de um conjunto de princípios, diretrizes, mecanismos e suas práticas correspondentes. Por exemplo, a prática de definição e promoção dos valores da organização e dos padrões de comportamento esperados dos seus membros, a começar pelo comprometimento da liderança com esses valores e condutas.

A prática descrita no exemplo refere-se a:

- (A) assegurar a efetividade da auditoria;
- (B) avaliar a satisfação das partes interessadas;
- (C) gerenciar os riscos do negócio;
- (D) monitorar o alcance dos resultados;
- (E) promover a integridade.

46

A gestão de riscos é sempre baseada em princípios orientadores que, no caso da administração pública brasileira, são definidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Segundo esses princípios, o TCU define como fundamental que as organizações, ao realizarem algo que nunca foi feito antes, devam identificar, avaliar e tratar riscos para documentar o processo e aumentar as chances de sucesso.

O exposto pode ser sintetizado na máxima de que a gestão de risco deve:

- (A) ser aplicada contínua e integradamente aos processos de trabalho;
- (B) considerar a importância dos fatores humanos e culturais;
- (C) fomentar inovação e ação empreendedora responsáveis;
- (D) ser dirigida, apoiada e monitorada pela alta administração;
- (E) ser implantada em ciclos de revisão e melhoria contínua.

**47**

A estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público aborda, entre outras coisas, as características qualitativas da informação contida no Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG).

Considerando um relatório que traz informação sobre o nível e a estrutura atual dos recursos da entidade e que as demandas por esses recursos auxiliam os usuários a confirmarem o resultado das estratégias de gestão durante o período, é correto afirmar que contém a característica qualitativa da:

- (A) compreensibilidade;
- (B) materialidade;
- (C) relevância;
- (D) representação fidedigna;
- (E) verificabilidade.

**48**

Com as mudanças nos procedimentos contábeis decorrentes da convergência aos padrões internacionais de contabilidade, os contadores que atuam em entidades públicas podem se deparar com dúvidas conceituais no reconhecimento dos elementos das demonstrações contábeis. No caso da definição de ativo, é necessário avaliar, pela existência de alguns indicadores, se o recurso é controlado no presente pela entidade.

Dentre os itens a seguir, o que NÃO contribui com essa avaliação como indicador de controle é:

- (A) direito de acesso ao recurso;
- (B) capacidade de restringir o acesso ao recurso;
- (C) existência de potencial de serviços;
- (D) meios que assegurem que o recurso seja utilizado para alcançar os seus objetivos;
- (E) propriedade legal do recurso.

**49**

O contador de um ente público estadual se viu diante da necessidade de registrar um passivo decorrente de um dano ambiental causado por uma obra de saneamento sob responsabilidade do ente.

De acordo com o texto da Estrutura Conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público, uma base de mensuração indicada é:

- (A) custo de liberação;
- (B) valor em uso;
- (C) preço presumido;
- (D) valor de mercado;
- (E) custo de cumprimento da obrigação.

**50**

A adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) tratado no MCASP ainda é um desafio para profissionais da área de Contabilidade, pois traz elementos da lógica patrimonial em adição aos aspectos de controle da execução orçamentária. Os lançamentos contábeis baseados na estrutura do PCASP estão sujeitos a algumas regras de integridade.

No caso específico do lançamento de natureza patrimonial de uma receita que ainda não foi arrecadada, o lançamento a débito deve ser realizado no(a):

- (A) classe 1 – Ativo;
- (B) classe 4 – Variação Patrimonial Aumentativa (VPA);
- (C) classe 7 – Controles Devedores;
- (D) grupo 7.1 – Atos Potenciais;
- (E) grupo 7.2 – Administração Financeira.

**51**

A elaboração do Balanço Orçamentário é um requisito obrigatório tanto em decorrência de previsão legal como no contexto da convergência às normas internacionais de contabilidade.

Ao elaborar esse demonstrativo, um contador deve considerar que:

- (A) a inclusão de notas explicativas ao balanço orçamentário é facultativa;
- (B) as despesas devem ser detalhadas segundo a classificação por função e subfunção;
- (C) o balanço orçamentário atende aos objetivos previstos na NBC TSP 13;
- (D) o resultado orçamentário é apurado a partir das receitas lançadas;
- (E) os saldos de caixa de exercícios anteriores não devem ser evidenciados no balanço orçamentário.

**52**

O patrimônio líquido (PL) de uma entidade deve ser evidenciado no balanço patrimonial, conforme disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Ao apresentar esse item do balanço patrimonial, deve-se ter em conta que:

- (A) contas retificadoras não se aplicam ao PL de entidades públicas;
- (B) o resultado do período será segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores;
- (C) resultados acumulados não devem constar no PL, mas serem distribuídos;
- (D) um resultado patrimonial deficitário ao final de um período afeta a inscrição em restos a pagar;
- (E) um resultado patrimonial deficitário ao final de um período implica passivo a descoberto na entidade.

**53**

No contexto dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais tratados no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), as aplicações financeiras estão sujeitas às regras de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto se forem classificáveis como caixa e equivalentes de caixa.

Um requisito que NÃO contribui para que aplicações financeiras possam ser enquadradas como equivalentes de caixa é que:

- (A) sejam conversíveis;
- (B) possuam alta liquidez;
- (C) estejam sujeitas a risco insignificante;
- (D) tenham finalidade de suprir compromissos do caixa;
- (E) estejam relacionadas a fluxos de caixa contratuais.

**54**

Nas suas atividades operacionais, com ênfase em prestação de serviços, uma entidade pública incorre em um volume relevante de custos que não podem ser identificados diretamente ao objeto do custo.

Nesses casos, para fins de registros contábeis, tais custos:

- (A) são reconhecidos diretamente no resultado do período;
- (B) não afetam a avaliação do desempenho operacional da entidade;
- (C) não devem ser considerados no desempenho de centros de responsabilidade;
- (D) podem ser apropriados por meio de direcionadores de custos;
- (E) devem ser controlados a partir da estrutura de custeio padrão.

**55**

Um analista de controle de um tribunal de contas foi designado para realizar um trabalho de análise da Lei Orçamentária Anual (LOA) de um conjunto de Municípios com vistas a apresentar recomendações relacionadas ao cumprimento dos requisitos legais e à melhoria da qualidade do planejamento e orçamento.

No primeiro documento analisado, uma inconsistência que, à luz dos princípios orçamentários, pode gerar recomendação por parte do analista é:

- (A) apresentação dos valores brutos das receitas, inclusive quando sujeitas a repasses legais;
- (B) ausência da classificação da receita e da despesa conforme identificador de resultado primário;
- (C) montante de operações de crédito autorizadas inferior à programação de despesas de capital;
- (D) não inclusão de previsão de receitas de transferências de capital decorrentes de convênios;
- (E) previsão de limite para suplementação do orçamento por meio de créditos adicionais.

**56**

No dia 04/11/20x1, a Subsecretaria de Contabilidade de um ente público municipal recebeu de uma empresa documentação relativa à cobrança de um serviço prestado no ano anterior por ordem do prefeito do Município. O orçamento do exercício de 20x0 consignava crédito para o tipo de serviço discriminado na documentação, mas não foi localizado o registro do empenho relativo à prestação desse serviço.

Considerando a legislação aplicável a essas situações, a Subsecretaria de Contabilidade deverá:

- (A) adotar procedimentos para registro de restos a pagar não processados;
- (B) registrar a cobrança pelo serviço prestado como passivo contingente;
- (C) registrar a cobrança pelo serviço prestado em conta de controle, por sua natureza de ato potencial;
- (D) solicitar a abertura de um crédito adicional especial no orçamento corrente para cobrir essa despesa;
- (E) tratar a cobrança pelo serviço prestado como despesa de exercícios anteriores.

**57**

Durante a execução orçamentária do exercício de 20x2, em uma determinada Prefeitura, uma despesa classificada no Grupo de Natureza da Despesa (GND) – Outras Despesas Correntes, autorizada no orçamento do exercício em curso, que estava em fase de execução, foi anulada.

Conforme as disposições da Lei nº 4.320/1964, o valor relativo à despesa anulada deverá ser:

- (A) computado como receita do orçamento;
- (B) considerado na apuração do resultado primário;
- (C) destinado à abertura de créditos extraordinários;
- (D) revertido à respectiva dotação;
- (E) vinculado a despesas de caráter discricionário.

**58**

Em um ente público estadual, um crédito adicional especial foi aberto no dia 26/06/20x3 no valor de R\$ 150.000,00 para fazer face a uma programação de despesa não incluída no orçamento do exercício corrente. Em 31/12/20x3 foi apurado que 70% do valor autorizado foi empenhado, sendo metade desse montante liquidado e pago.

Considerando a legislação aplicável a essa situação, no encerramento do exercício, a entidade:

- (A) deverá anular R\$ 45.000,00 do valor autorizado para o crédito;
- (B) deverá anular R\$ 52.500,00 do valor autorizado para o crédito;
- (C) não poderá incorporar o valor não empenhado do crédito especial ao orçamento do exercício subsequente;
- (D) poderá inscrever como restos a pagar o valor total de R\$ 97.500,00;
- (E) poderá reabrir o crédito especial no exercício financeiro subsequente no valor limite de R\$ 45.000,00.

**59**

Sob os impulsos da retomada da democracia, a Constituição da República de 1988 atribuiu ao Poder Legislativo a prerrogativa de apresentar emendas ao Projeto de Lei do Orçamento Anual (PLOA). Tal atribuição, no entanto, leva em consideração regras para preservar a integridade do processo de planejamento e as competências e compromissos do ente público.

Para apresentação e aprovação de emendas ao PLOA, é correto considerar que tais emendas:

- (A) devem ser apresentadas até sessenta dias após o envio do PLOA pelo Poder Executivo;
- (B) devem ter recursos destinados à abertura de créditos extraordinários, quando decretado estado de calamidade pública;
- (C) não podem ser justificadas pela disponibilidade de recursos decorrentes de anulação de despesas previstas;
- (D) são passíveis de aprovação se forem relacionadas com a correção de erros ou omissões;
- (E) dispensam a indicação prévia de recursos se forem relativas a despesas nas áreas de saúde e educação.

**60**

Entre os mecanismos criados para Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para reduzir o risco de déficit e descumprimento de metas fiscais em cenários de queda na arrecadação está a limitação de empenho e movimentação financeira.

Porém, a LRF salvaguardou algumas despesas desse mecanismo, entre as quais citam-se as:

- (A) custeadas com recursos oriundos de transferências constitucionais;
- (B) destinadas à manutenção e desenvolvimento do ensino, discricionárias ou não;
- (C) executadas nas modalidades de aplicação transferências voluntárias a Estados ou a Municípios;
- (D) relacionadas a investimentos destinados a áreas de desenvolvimento incentivado por subsídios;
- (E) relativas ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade.

**61**

Ao aplicar a classificação da despesa por esfera orçamentária tratada no Manual Técnico de Orçamento (MTO), um ente público estadual deve tratar as ações autorizadas e destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde como despesas:

- (A) de competência comum com outros entes;
- (B) do orçamento da seguridade social;
- (C) do orçamento fiscal;
- (D) obrigatórias de caráter continuado;
- (E) vinculadas a recursos legalmente definidos.

**62**

Poucos meses após ser empossado em razão de aprovação em concurso público, um contador foi nomeado para a Subsecretaria de Contabilidade de um ente estadual. Entre as atividades desenvolvidas, o contador recebeu uma solicitação para apresentar um relatório detalhado das receitas arrecadadas de janeiro a março que não foram previstas no orçamento do exercício em curso e que possam ser usadas na cobertura de despesas autorizadas.

Ao apresentar o relatório solicitado, o contador incluiu equivocadamente receitas relativas a:

- (A) alienação de bens móveis em leilão público;
- (B) cancelamento de despesas empenhadas no exercício anterior;
- (C) cobrança da dívida ativa não tributária;
- (D) operações de crédito por antecipação de receita orçamentária;
- (E) transferências voluntárias do orçamento da União.

**63**

Segundo a notação utilizada pelo atuário em nota técnica atuarial, a anuidade atuarial  $a(65,0,15)$  representa um pagamento unitário antecipado temporário por 15 anos para um indivíduo de 65 anos. Já a anuidade atuarial  $a(65,1,15)$  representa um pagamento unitário postecipado temporário por 15 anos para um indivíduo de 65 anos.

Dessa forma,  $a(65,0,15)$  equivale a:

- (A)  $a(65,1,14) + 1$ ;
- (B)  $a(65,0,14) + 1$ ;
- (C)  $a(65,1,14) - 1$ ;
- (D)  $a(65,0,14) - 1$ ;
- (E)  $a(65,1,15) + 1$  ou  $- 1$ .

**64**

Em uma avaliação atuarial, o valor presente atuarial foi calculado, em milhões de R\$, chegando-se a:

- Aposentadorias a conceder: 500;
- Aposentadorias concedidas: 150;
- Pensões a conceder: 100;
- Pensões concedidas: 30;
- Contribuições de ativos, aposentados e pensionistas: 700.

Se todos os benefícios são financiados pelo regime financeiro de capitalização pelo método agregado, o valor dos ativos garantidores, em milhões de R\$, que leva ao equilíbrio atuarial, é de:

- (A) 30;
- (B) 80;
- (C) 130;
- (D) 650;
- (E) 780.

65

Quanto aos planos de benefícios nas modalidades de contribuição definida (CD) e benefício definido (BD), é correto afirmar que:

- (A) o plano CD oferece direito a resgate sob determinadas condições;
- (B) o plano CD gera maior risco atuarial para o patrocinador, quando comparado ao plano BD;
- (C) o valor do benefício no plano BD é obtido em função da rentabilidade dos investimentos;
- (D) o regime de previdência complementar dos servidores públicos oferece plano de benefícios na modalidade BD para as aposentadorias programadas;
- (E) o regime de previdência complementar dos servidores públicos oferece plano de benefícios na mesma modalidade, CD ou BD, do regime próprio de previdência social.

66

A Portaria MTP nº 1.467/2022 considera facultativo o trabalho de:

- (A) avaliação atuarial;
- (B) auditoria atuarial independente;
- (C) nota técnica atuarial;
- (D) fluxos atuariais;
- (E) demonstrativo de resultado da avaliação atuarial.

67

Segundo a Portaria MTP nº 1.467/2022, NÃO é permitido para equacionamento do déficit atuarial estabelecido em lei e de responsabilidade do ente federativo o(a):

- (A) dação em pagamento;
- (B) segregação de massa;
- (C) aporte de bens;
- (D) contribuição suplementar;
- (E) alocação dos beneficiários a um fundo em repartição e a um fundo em capitalização.

68

Segundo a Portaria MTP nº 1.467/2022, os documentos e bancos de dados que derem suporte às informações dos regimes previdenciários dos servidores dos entes federativos encaminhados ao órgão supervisor federal deverão permanecer à disposição pelo prazo mínimo de:

- (A) um ano;
- (B) dois anos;
- (C) três anos;
- (D) cinco anos;
- (E) dez anos.

69

Segundo a Lei Estadual de Tocantins nº 3.736/2020, é correto afirmar que:

- (A) a contribuição do segurado ativo é de 11%;
- (B) a contribuição do ente federativo é de 20,20%;
- (C) a contribuição do ente federativo é de 14%;
- (D) não há contribuição de inativos e pensionistas;
- (E) a contribuição dos segurados ativos, inativos e pensionistas é progressiva.

70

Quanto às Emendas Constitucionais que reformaram os regimes geral e próprios de previdência social, é correto afirmar, sob o ponto de vista atuarial, que:

- (A) o fator previdenciário foi extinto por lei em decorrência da Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998;
- (B) a Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, extinguiu a aposentadoria por tempo de contribuição;
- (C) a Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005, é considerada uma contrarreforma à Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003;
- (D) a Emenda Constitucional nº 70, de 29/03/2012, gerou diminuição nos valores de aposentadoria por invalidez;
- (E) a Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019, não respeita o direito adquirido à aposentadoria programada.

## DISCURSIVA

1

Suponha que uma amostra aleatória simples  $X_1, X_2, \dots, X_{625}$ , de tamanho 625, de uma variável populacional suposta normalmente distribuída com média  $\mu$  e variância  $\sigma^2$  tenha apresentado os seguintes valores resumidos:

$$\sum_{i=1}^{625} x_i = 3.625; \quad \sum_{i=1}^{625} (x_i - \bar{x})^2 = 9.984$$

Deseja-se testar, ao nível de significância de 5%, as hipóteses  $H_0: \mu \leq 5,0$  versus  $H_1: \mu > 5,0$ .

- a) Apresente o valor da média amostral e da variância amostral para esse conjunto de dados.
- b) Apresente o critério de decisão a ser usado ao nível de significância de 5%.
- c) Apresente a decisão a ser tomada com base nesses dados.
- d) Calcule, aproximadamente, o p-valor associado a esses dados.

Dados: Se  $Z \sim N(0, 1)$ ,

$$P[Z < 1,64] = 0,95; \quad P[Z < 1,96] = 0,975; \quad P[Z < 2,33] = 0,99$$

Valor: 15 pontos

Máximo de 15 linhas.



**2**

Dada a natureza das atividades desenvolvidas por grande parte das entidades públicas, o ativo imobilizado em geral é um item de relevância na composição do patrimônio público e requer procedimentos padronizados quanto ao reconhecimento e mensuração, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam analisar informações relevantes e fidedignas sobre esses recursos.

Em decorrência de equívocos normativos e da ênfase na perspectiva orçamentária de curto prazo, durante muito tempo uma parte do patrimônio público ficou “fora do balanço” e outra parte era evidenciada com valores não representativos. O processo de convergência às normas internacionais representa um esforço em valorizar a perspectiva patrimonial na Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Nessa perspectiva, elabore um texto, abordando os seguintes pontos à luz dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais dispostos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP):

- a) princípio geral do reconhecimento do ativo imobilizado;
- b) elementos do custo e custos diretamente atribuíveis a um ativo imobilizado;
- c) critérios de mensuração de ativos imobilizados obtidos a título gratuito;
- d) orientações para reconhecimento e mensuração de ativos de infraestrutura.

Valor: 15 pontos

Máximo de 15 linhas.

### RASCUNHO - Prova Discursiva - Questão 1

---

1

5

10

15

### RASCUNHO - Prova Discursiva - Questão 2

---

1

5

10

15



Realização

